Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2022 - Promoção da recuperação da economia estável e promoção pragmática da construção de Hengqin

Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2022 - Defesa da segurança do Estado e construção de uma cidade inteligente com condições ideais de habitabilidade

Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2022 - Continuidade da implementação de medidas em prol do bem-estar da população e apoio aos residentes em várias vertentes

Novo hospital contribui para formar quadros qualificados de especialidade

Apoiar as PME durante a pandemia

Consolidar Amplamente o Consenso Social para Concretizar em Conjunto o Segundo Plano Quinquenal

Em 2021, com o objectivo de se articular com o 14.º Plano Quinquenal nacional, consolidar e reforçar as vantagens competitivas de Macau e integrar-se melhor na conjuntura geral do desenvolvimento nacional, o Governo da RAEM, baseado no estudo preliminar, elaborou o Documento de Consulta sobre o 2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025) e publicou oficialmente, depois de ter auscultado as opiniões de diversos sectores da sociedade e da população em geral, na perspectiva de elaborar um plano geral do desenvolvimento socioeconómico da RAEM para os próximos cinco anos, mobilizar a unidade de toda a população de Macau e promover solidariamente a implementação estável e duradoura do princípio "um país, dois sistemas" com características de Macau.

Os cinco anos de 2021-2025 são um período para a RAEM implementar o princípio "um país, dois sistemas" e aproveitar oportunidades decorrentes da estratégica de desenvolvimento do País para alcançar um melhor desenvolvimento nos próximos cinco anos. O 2.º Plano Quinquenal relaciona-se com o caminho de desenvolvimento socioeconómico da RAEM e orienta os trabalhos prioritários de acção governativa do Governo da RAEM nos próximos cinco anos. Sendo assim, o Governo da RAEM publicou, em 13 de Setembro, o Documento de Consulta sobre o 2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025) e iniciou a consulta pública sobre o referido documento por um período de 60 dias, de 15 de Setembro a 13 de Novembro. Durante o período de consulta, foram realizadas pelo Governo da RAEM nove sessões de consulta, nas quais, foram auscultadas amplamente as opiniões do público em geral, das principais associações, dos órgãos consultivos e das associações profissionais, bem como das individualidades atentas à questão do desenvolvimento de Macau. Por outro lado, o Governo da RAEM recorreu a diversos canais de consulta como, a mensagem telefónica, correio electrónico, fax, correspondência postal e, foram, ainda recolhidas as mensagens online, as opiniões das reportagens ou dos editoriais dos meios de comunicação, dos novos meios de comunicação e dos programas de rádio, a fim de recolher extensivamente as opiniões e sugestões de todos os sectores da sociedade de Macau.

De acordo com o relatório final, a consulta sobre o "2.º Plano Quinquenal" contou com ampla atenção e participação ativa da sociedade. Na consulta pública foram recolhidos 787 pareceres, traduzindo-se num total de 3166 opiniões. A maioria das opiniões da sociedade é favorável ao documento de consulta do "2.º Plano Quinquenal" apresentado pelo Governo, correspondendo a uma percentagem de 76,2 por cento. Em 16 de Dezembro de 2021, o Governo da RAEM publicou oficialmente o Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025), depois de ter referenciado as opiniões de diversos sectores da sociedade, cujo teor abrange os principais trabalhos das diversas áreas a serem concretizados durante o período do Plano.

A elaboração do 2.º Plano Quinquenal tem como critério articular-se com o 14.º Plano Quinquenal do País e com o 1.º Plano Quinquenal de Macau, basear-se na realidade de Macau e, ainda persistir em orientar problemas. O conteúdo principal integra cinco partes: aceleração da diversificação adequada da economia; promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população; promoção aprofundada na construção de uma cidade com condições ideais de vida; elevação plena do nível da governação pública; e melhor

integração na conjuntura geral do desenvolvimento nacional. São definidos como objectivos do desenvolvimento: em 2025, o conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer será enriquecido; a função da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa será reforçada; construída progressivamente uma "Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de diversas culturas"; concretizada a diversificação adequada da economia; a qualidade de vida da população melhorada de forma sustentável; cultura mais próspera; nível de gestão governamental mais elevado; aperfeiçoamento do sistema jurídico de defesa da segurança nacional e do mecanismo de execução; melhor integração na estratégia de desenvolvimento nacional; bem concretizados os objectivos faseados da construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin; a estrutura de desenvolvimento integrado de Hengqin e Macau estabelecida preliminarmente; reforço continuado do dinamismo, da vitalidade, da inovação, da competitividade e da continuidade do desenvolvimento de Macau.

Em 2021, o Governo da RAEM optimizou de forma proactiva, políticas, medidas e serviços em áreas relacionadas com o bem-estar da população, nomeadamente habitação, cuidados médicos e segurança social, de acordo com o "2.º Plano Quinquenal".

Implementação gradual da política de habitação para resolver o problema de habitação da população

A política da habitação é o mais importante de entre os principais trabalhos do Governo da RAEM, uma questão que merece atenção da sociedade. A essência da política habitacional do Governo da RAEM consiste em construir fracções habitacionais em classes, fornecer e garantir as condições básicas de habitação dos residentes, de modo a resolver a questão de habitação dos residentes de Macau, tendo em conta as necessidades habitacionais e a capacidade de aquisição das diversas camadas sociais.

No âmbito da implementação gradual da política de habitação em classes e da promoção de construção de habitação social, foi construída e inaugurada, em 19 de Julho de 2021, a habitação social de Mong-Há - Edifício Mong Tak que proporciona 768 fracções de habitação social. O Instituto de Habitação organizou os primeiros 60 agregados familiares habilitados para assinatura dos contratos de arrendamento, em seguida, os arrendatários receberam as chaves para alojamento nas fracções atribuídas. Até final de 2021, o Governo recebeu mais de 4000 candidaturas de carácter permanente a habitação social, tendo sido distribuídas habitações sociais a 804 agregados familiares. Adicionando 2100 fracção da Habitação Social na Rua Central de Tói San e da Habitação Social na Avenida de Venceslau de Morais, pode-se satisfazer basicamente a procura de habitação pública.

Relativamente ao fornecimento de fracções da habitação económica, o Governo da RAEM lançou o concurso público para candidatura à habitação económica, cujo prazo de apresentação das candidaturas foi de quatro meses a partir de 14 de Julho. As habitações económicas disponíveis para a compra neste concurso são construídas nos cinco lotes da Zona A dos Novos Aterros: A1 a A4 e A12, num total de 5254 fracções. Trata-se do primeiro concurso público com

a nova revisão da Lei da habitação económica, tendo a autoridade recebido 11.707 candidaturas. Foi criada uma zona de exposição dos modelos das tipologias da habitação económica da Zona A dos Novos Aterros, disponível para visita a partir de 13 de Julho.

No tocante à habitação para a classe sanduíche, o Governo da RAEM publicou, em 28 de Abril, o Relatório final da consulta pública sobre o «Plano de habitação para a classe sanduíche», que recolheu no total 2307 opiniões, envolvendo um total de 28.608 conteúdos. Segundo a análise no relatório final, a política de habitação para a classe sanduíche apresentada pelo Governo conta com o apoio generalizado da população e uma popularidade na ordem dos 92,6 por cento. Mais de 60 por cento da opinião pública concorda com a definição 1 da "classe sanduíche", ou seja, a que abrange os residentes com rendimentos que ultrapassam o limite máximo estipulado para a candidatura à habitação económica e, em simultâneo, contempla e faz a triagem dos candidatos posicionados no fim da lista de espera da habitação económica, considerando que pode aliviar, parcialmente, a procura desta classe de habitação. Em seguida, o Governo da RAEM procedeu ao estudo sobre o trabalho de redação do respectivo diploma legal com base nos pareceres relevantes recolhidos na consulta.

O plano piloto do edifício residencial para idosos tem por objectivo ajudar idosos com certa capacidade financeira, que vivem em edifícios antigos, a resolver as dificuldades em subir e descer escadas, de modo a facilitar a sua deslocação e melhorar a qualidade de vida. O referido plano foi já desenvolvido e implementado de forma abrangente. Prevê-se que o edifício seja concluído em 2023 e entre em funcionamento em 2024, disponibilizando então cerca de 1815 fracções de tipo aberto.

Em 2021, para um melhor planeamento dos trabalhos de criação de edifício residencial para idosos, com o apoio dos equipamentos sociais e das instituições de serviços para idosos, entre Janeiro e Abril, o Instituto de Acção Social convidou as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, que vivem em edifícios antigos, a participar num questionário, tendo recebido 606 inquéritos válidos, no sentido de recolher as opiniões relativas às condições de requerimento, à espectativa dos serviços e à vontade de utilizar os mesmos. Para que os idosos e o público em geral tenham um melhor o melhor conhecimento do design e configuração dos apartamentos para idosos, o Governo da RAEM instalou uma zona expositiva das fracções modelo com cama singular e dupla, construídas conforme as medidas e normas do design, em 13 de Julho de 2021. Em articulação com a inauguração do edifício residencial para idosos, estão em curso a elaboração de normas de distribuição e procedimentos de candidatura, bem como do respetivo diploma legal.

Tendo em conta as necessidades de habitação social, habitação económica, apartamentos para idosos e a habitação para a classe sanduíche, bem como o desenvolvimento do mercado imobiliário privado, o Governo da RAEM está a implementar, de forma ordenada, o planeamento geral do desenvolvimento da habitação de Macau, de acordo com a procura do mercado.

Melhoria do sistema de saúde público e o novo modelo operacional promove o desenvolvimento

Sendo um grande empreendimento do sistema de cuidados médicos de Macau, o Complexo

de Cuidados de Saúde das Ilhas será concluído em 2022 e entrará em funcionamento por fases em 2023. A fim de preparar os trabalhos relacionados com inauguração do complexo, o Governo da RAEM definiu, em 2021, o posicionamento e modelo de operação do complexo e convidou instituições de renome do Interior do País para ajudar o complexo na operação, esperando que o novo modelo de gestão possa melhorar os serviços médicos do hospital público e oferecer, através da introdução de novos serviços e tratamento médico mais avançado, aos cidadãos, tratamentos médicos de melhor qualidade e mais opções de tratamento médico, além de fornecer uma plataforma para fortalecer o treinamento do pessoal médico local e melhorar o nível de atendimento médico especializado

Em 15 de Setembro, os Serviços de Saúde realizaram uma conferência de imprensa para apresentar os resultados do estudo sobre a "Melhoria do modelo de serviços médicos no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas", elaborado pela equipa de investigação da Universidade de Hong Kong, que foi incumbido pelo Governo da RAEM de efectuar o estudo sobre a "Melhoria do modelo de serviços médicos no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas". No que diz respeito ao modelo de operação, gestão e serviço do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, a equipa de investigação apresentou quatro modelos viáveis, sugerindo que o Governo da RAEM considere o modelo de parcerias público-privadas e encomende a entidades terceiras a execução da operação, gestão e o serviço do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, o qual será definido como um hospital público. Com a introdução deste modelo inovador de gestão, promover-se-á e desenvolver-se-á em conjunto com o actual sistema de saúde, aumentando a eficiência operacional do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, dando aos residentes mais acesso aos cuidados de saúde, para que estes não necessitem de se deslocar a outros locais para receber o tratamento médico.

Sob a recomendação da Comissão Nacional de Saúde, o Governo da RAEM decidiu colaborar com o Peking Union Medical College Hospital para operar, gerir e prestar serviços no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. Em 27 de Outubro, o Grupo de Trabalho para a Instalação do Hospital das Ilhas realizou uma conferência de imprensa para anunciar o planeamento do referido projecto, reiterando que o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas posicionar-se-á como hospital público para servir a população de Macau, permitindo aos residentes de Macau o gozo contínuo dos benefícios e regalias médicos já existentes. Em 15 de Dezembro, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, testemunhou, na Sede do Governo, a cerimónia de assinatura do memorando de cooperação entre o Governo e Peking Union Medical College Hospital no âmbito do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas. Assinado o memorando, o Governo da RAEM promoverá uma legislação especial de acordo com o sistema jurídico local. Após a aprovação do projecto de lei pela Assembleia Legislativa, o item será, implementado de acordo com o enquadramento estabelecido pelo memorando de cooperação.

O avanço e o arranque de projecto do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas podem prestar serviços médicos de melhor qualidade aos residentes, formar o pessoal médico local e promover o desenvolvimento do nível de cuidados de saúde especializados. Além disso, o Governo da RAEM e a equipa operacional irão estudar também a prestação dos serviços médicos de níveis diferentes e a viabilidade de oferecer "turismo + assistência médica", contribuindo para a promoção do desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

Resultados obtidos pelo Regime de previdência central não obrigatório aumenta a garantia de aposentação dos residentes

O Governo da RAEM tem promovido de forma contínua e proactiva a construção do "Regime de previdência central não obrigatório", de modo a garantir ainda mais a vida de aposentadoria dos residentes. Até a Setembro de 2021, registaram-se mais de 264 empregadores aderentes, cerca de 24.000 trabalhadores participantes no plano conjunto de previdência, e mais de 75.000 residentes constituíram voluntariamente planos individuais de previdência, o que reflecte a grande preocupação dos residentes sobre a sua própria garantia de aposentação e demonstra a importância da consciência social em geral sobre o planeamento precoce de poupança para aposentação e a sua acumulação de riquezas para esta finalidade.

O relatório de avaliação do "Regime de previdência central não obrigatório", publicado em 29 de Outubro, referiu que o valor total da dotação acumulado do regime distributivo do regime de previdência central não obrigatório ao longo do período entre o ano 2010 e o ano 2020 foi de cerca de 28,6 mil milhões de patacas, e o titular de conta pode obter, no máximo, um total de dotação e rendimento de 86.910 patacas, o que estabeleceu a base para a constituição do regime. O relatório indicou que foram obtidos alguns resultados ao longo dos últimos três anos da implementação e o regime já dispõe de condições favoráveis para se tornar no regime obrigatório. Não obstante, com o surgimento da epidemia de pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus, a economia de Macau foi afectada, assim, foi sugerido ao Governo da RAEM fixar um período de observação de três anos, compreendido entre os anos 2021 e 2023, estabelecer, conforme a recuperação da economia, duas propostas de "Período de preparação de cinco anos" e "Período de preparação de sete anos", sendo implementado o regime de previdência central obrigatório no ano 2026 ou 2028.

Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025)

Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau - Aceleração da diversificação adequada da economia

Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau - Promoção da optimização das acções vocacionadas para o bem-estar da população

Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau - Promoção aprofundada na construção de uma cidade com condições ideais de vida

Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau - Elevação sucessiva do nível da governação pública

Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau - Melhor integração na conjuntura geral do desenvolvimento nacional